

JORNAL da



MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0048 | MAIO DE 2017 - www.oabmt.org.br



Caravana Nacional das Prerrogativas percorre municípios de Mato Grosso

Página - 8



Carta de Nova Mutum determina diretrizes da OAB-MT para 2017

Página - 7



OAB-MT defende eleições indiretas em caso de vacância do cargo de presidente da República

Página - 5

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha
Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
PRIMEIRA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
SEGUNDA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
TERCEIRA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambium - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243



Fotografias: Kamila Martins/
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351

EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Mato Grosso sedia 2º encontro de Escolas de Advocacia do Centro-Oeste

O 2º Encontro Regional da Escola Nacional de Advocacia e das Escolas Superiores de Advocacia (ESAs) da Região Centro-Oeste aconteceu nos dias 4 e 5 de maio. O evento foi realizado em conjunto com o congresso “1 ano de vigência do novo Código de Processo Civil (CPC): avanços, desafios e perspectivas” no auditório da OAB-MT.

“Minha avaliação é que a cada edição estamos nos superando. A Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT se dedicou com muito afinco e levou em consideração a análise pedagógica que se nota pelo nível dos palestrantes”, destacou o diretor da ESA-MT, Marco Lorga.

Participam do encontro os diretores da ESA São Paulo, Vitor Hugo das Dores; da ESA Mato Grosso do Sul,

Ricardo Pereira, e o diretor adjunto da ESA Goiás, Diogo Oliveira.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, aproveitou a solenidade para fazer um apelo à ENA para que sejam desenvolvidos, cada vez mais, meios

para proporcionar a interação entre as ESAs de todo o país.

“Com debates como estes, estamos colocando nosso Estado no cenário nacional, trazendo à discussão temas do mais alto nível”, destacou o presidente

da OAB-MT, lembrando que o projeto Direito em Debate, promovido pela ESA-MT, vem discutindo assuntos polêmicos como aborto, descriminalização das drogas, reformas trabalhista, previdenciária e suicídio.



Nelson Nery Junior destaca responsabilidade da advocacia para a construção do Direito no país

Citado em mais de 650 mil acórdãos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e 2 mil no Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado e consultor jurídico Nelson Nery Junior é um dos mais importantes exemplos brasileiros da importância da advocacia para a construção da jurisprudência no país.

Mestre, doutor e livre-docente em Direito, ele avaliou os princípios fundamentais do novo Código de Processo Civil durante o congresso promovido pela OAB-MT.

Em Cuiabá, Nelson Nery Júnior ressaltou a importância da advocacia

para a construção do Direito no Brasil. “Quem faz chegar as teses ao STJ e STF são os advogados, porque se não se apresenta o recurso, a tese não chega lá, então é muito interessante e de muita responsabilidade o trabalho da advocacia”, ressaltou.

Crescido em uma família de magistrados, ele afirma sentir tranquilidade ao afirmar que, infelizmente, ainda existe um preconceito por parte dos juizes, que acham que advogados e promotores são “menores” que eles. Da mesma forma, lembra que os promotores também agem da mesma forma em relação à advocacia.

“Juiz acha que advogado é mal preparado, é picareta, confunde o advogado com a pessoa do cliente. Se você é advogado de alguém que cometeu um crime, um advogado criminal, o juiz acha que você é o traficante, o assassino... Esse tipo de coisa é difícil de combater porque é cultural”, comentou.

Contudo, Nelson Nery Junior faz questão de destacar que ao cumprir sua função, levando as teses aos tribunais superiores, existe sim uma grande responsabilidade da advocacia para a construção, não apenas na jurisprudência, mas do próprio Direito



Precisamos de um Judiciário estruturado para o novo CPC, defende Leonardo Campos

Em vigor há pouco mais de um ano, o novo Código de Processo Civil ainda é alvo de dúvidas e desafios para a advocacia brasileira. Diante deste cenário, o primeiro ano da nova legislação processual civil foi o tema do congresso.

“Esse código precisa, a partir de eventos como esse, ser maturado”, ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Ele lembrou que no Chile, antes de se fazer a reforma do código de processo

civil, foi realizado um estudo em que se estimou um custo de R\$ 100 milhões. “No Brasil essa conta não foi feita. Implantaram o novo Código de Processo Civil – e aqui não vai nenhuma crítica à necessidade ou não de reforma da legislação processual civil, que entendemos pertinente – mas tínhamos que saber se o Poder Judiciário brasileiro está preparado para a nova cultura jurídica que este novo código traz”, explicou o presidente da OAB-MT.

Uma das consequências da falta

desta estrutura pode ser visualizada no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE), conforme exemplificou Leonardo Campos. De acordo com ele, para que a ferramenta efetivamente funcionasse, distribuindo justiça de forma virtual com os avanços e facilidades, é imprescindível que o país conte com uma internet de qualidade. Hoje, a distribuição de um mandado de segurança chega a levar mais de dois dias para ser distribuído.

Da mesma forma, o presidente da OAB-MT lembrou que já se declina, na

petição inicial, do interesse em realizar uma conciliação por conta da ausência de estrutura dos núcleos de conciliação.

“Então, para se implantar o que pretendeu o legislador do novo CPC, nós tínhamos que está com o Poder Judiciário estruturado”, ponderou Leonardo Campos. “Como isso não ocorreu, temos que nos adaptar e é a partir de eventos como esse que formamos entendimentos e jurisprudência, por isso, fundamentalmente, esse evento é essencial para a advocacia”, concluiu.

OAB Nacional reafirma não tolerar violação de garantia constitucional

Em coletiva à imprensa no dia 12 sobre investigação em tramitação na Procuradoria Geral da República (PGR) referente a supostas interceptações telefônicas ilegais em Mato Grosso, o presidente em exercício da Comissão Nacional da Defesa das Prerrogativas, Cássio Lisandro Telles, reafirmou o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em não tolerar qualquer violação de garantia constitucional.

A imprensa começou a noticiar no dia 11, sobre interceptações telefônicas ilegais envolvendo advogados, parlamentares, jornalistas e servidores públicos. A OAB-MT cobra a rigorosa apuração sobre o suposto esquema e aproveitou a presença dos membros da Comissão Nacional para acionar o Conselho Federal.

“Estamos em Mato Grosso para a Caravana Nacional das Prerrogativas e não esperávamos nos deparar com as notícias divulgadas pela imprensa a respeito deste lamentável episódio, que denuncia a quebra ilegal de sigilo das comunicações de cidadãos mato-grossenses”, afirmou Telles.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos garantiu que a entidade irá buscar o inquérito que tramita no Ministério Público Estadual (MPF) e o que tramita na

Procuradoria Geral da República (PGR).

“Precisamos ter com clareza quais foram os fundamentos do MPE para arquivar o procedimento e o mesmo MP na esfera federal publicizar tamanha afronta à legislação do país. No outro norte buscaremos o processo judicial das operações que investigam tráfico de drogas e roubos a supermercados, pois foi no bojo das mesmas, segundo a imprensa, que incluíram telefones de terceiros que não tinham relação com o objeto investigado”, destacou.

Além disso, Leonardo Campos pontuou que a partir desta verificação serão adotadas condutas para responsabilizar as autoridades que porventura tenham violado a Constituição Federal e a Lei 9.296/96, que dispõe sobre as interceptações telefônicas.

O presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas apontou que a OAB, junto com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), atuou em 1988 para a restauração do ambiente democrático no país e respeito às liberdades individuais.

“As conquistas alcançadas na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XII, tratam da garantia ao sigilo das comunicações. Este sigilo é cláusula pétrea da sociedade brasileira. É uma garantia a todos nós e só pode ser quebrado em situações muito excepcionais quando haja uma ordem judicial, quando haja investigação criminal em curso e ainda assim de acordo com a Lei 9.296, com fundamentação clara e forte da necessidade do uso dessa prova sem que outras tenham sido buscadas”, disse Cassio Telles.

Para Leonardo Campos é necessário o afastamento imediato de integrantes do



executivo, Polícia Militar, MPE e Judiciário que possam ter contribuído para o suposto esquema de escutas clandestinas a fim de não atrapalhar o curso das investigações.

O presidente da OAB-MT também ponderou que é preciso realizar uma análise profunda e responsável dos autos do processo para assim apurar as responsabilidades. “Precisamos saber quem solicitou a inclusão desses números. Não podemos conviver em 2017 com o manto da insegurança, de uma possível central de escuta clandestina em Mato Grosso e que qualquer um de nós pode estar sujeito a ser ouvido por terceiros. É preciso investigar, não podemos conviver com esta insegurança jurídica. O magistrado pode ter sido induzido ao erro, por isso precisamos saber quem fez esta solicitação”, avaliou.



OAB-MT solicita cópia do inquérito a Janot

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, apresentou no dia 30 ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a solicitação da cópia do inquérito que apura o esquema de interceptações telefônicas ilegais realizadas no Estado.

A OAB-MT tomou conhecimento da denúncia pela imprensa e, juntamente com o Conselho Federal da OAB, vem acompanhando atentamente a situação. Dentre os fatos já conhecidos, está a interceptação de telefones de advogados e advogadas, além de médicos, servidores públicos, jornalistas,

empresários, uma deputada estadual e um desembargador aposentado.

A investigação tramita na Procuradoria Geral da República (PGR), a Corregedoria Geral de Justiça de Mato Grosso (CGJ) fez um levantamento em todos os processos de quebra de sigilo telefônico e, a pedido da OAB-MT, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) está realizando um cruzamento dos dados junto às operadoras de telefonia. Também foi instaurado um Inquérito Policial Militar que já culminou na prisão de dois membros da PM.

Além de requisitar o acesso ao inquérito, a OAB-MT também deve solicitar a quebra de sigilo em todos os processos acerca do caso a fim de resguardar o cumprimento da legislação, especialmente no que se refere à quebra de sigilo entre advogados e clientes, conforme determinado na legislação.

Leonardo Campos participa de reunião com o procurador-geral da República e representantes da bancada federal de Mato Grosso no fim da tarde desta terça-feira na sede da PGR, em Brasília.

OAB-MT requer cópia de procedimento investigatório da PM

A OAB-MT, que desde que tomou conhecimento das denúncias noticiadas pela imprensa sobre um esquema de escutas telefônicas ilegais no Estado, requereu à Corregedoria Geral da Polícia Militar (CGPM) acesso ao procedimento investigatório para apurar o assunto.

Dentre os fatos já noticiados acer-

ca do caso foi constatada a interceptação telefônica de pelo menos um advogado inscrito na OAB-MT solicitada pela Polícia Militar por meio do método conhecido como “barriga de aluguel”.

De acordo com o artigo 44 da Lei 8.906/94, a Ordem tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurí-

dica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, além de promover com exclusividade a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos ad-

vogados em todo o país.

O objetivo é, além de acompanhar as investigações a fim de assegurar o respeito às prerrogativas da advocacia, adotar as medidas necessárias para garantir o estrito cumprimento da Constituição Federal na defesa dos interesses da sociedade.



OAB-MT defende eleições indiretas em caso de vacância do cargo de presidente da República

Em sessão do Conselho Seccional da OAB-MT - máxima instância deliberativa da entidade -, os representantes da advocacia mato-grossense, de forma unânime, defenderam o estrito cumprimento da Constituição Federal em caso de vacância do cargo de presidente da República.

No dia 25, o presidente nacional da OAB protocolou, na Câmara dos Deputados, o pedido de impeachment do presidente Michel Temer. Anteriormente, a imprensa noticiou a colaboração premiada do empresário Joesley Batista que inclui a gravação de uma conversa com o chefe do Executivo na qual o Conselho Federal da Ordem entendeu configurar crime de responsabilidade.

Além disso, está previsto para o próximo mês o julgamento, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que pode levar à cassação da chapa composta pela ex-presidente Dilma Rousseff e Michel Temer.

Diante do grave cenário, que vem sendo debatido em todo o país, o conselho seccional da OAB-MT discutiu o assunto e entendeu que o papel da advocacia, como indispensável à administração da Justiça, segundo determina a própria Constituição Federal, é pelo seu estrito cumprimento.

De acordo com o artigo 81 da Constituição, “vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga”. Ainda, o parágrafo primeiro estabelece que se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso



Nacional, na forma da lei.

Para a realização de eleições diretas para a sucessão presidencial, seria necessária a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que alterasse o texto constitucional em vigor.

Em que pese já existir alguma dis-

cussão acerca do tema, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado, trata-se de assunto complexo que merece ser apreciado pelos parlamentares com a devida cautela.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos também atendeu para o alto custo da realização de eleições diretas, estimado em mais de R\$ 150 milhões. “O

cenário econômico que o Brasil atravessa não nos permite fazer aventuras com o dinheiro público”, ponderou.

O posicionamento da OAB-MT frente a uma possível sucessão presidencial será apresentado formalmente ao Conselho Federal da OAB nesta semana.

OAB-MT pede impugnação da colaboração premiada da JBS

Durante sessão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o conselheiro federal da OAB-MT, Joaquim Spadoni, alertou a gravidade dos fatos termos da colaboração premiada dos irmãos Wesley e Joesley Batista, sócios controladores da holding J&F, homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A impugnação dos termos da colaboração premiada foi referendada pelo Conselho Seccional da OAB-MT no dia 25.

No dia 22 a OAB-MT requereu ao Conselho Federal da OAB a criação e instalação, com máxima urgência, de uma comissão especial para analisar e impugnar os termos da colaboração premiada no STF.

No documento assinado pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e pelo conselheiro federal Joaquim Spadoni, a Ordem aponta que o perdão judicial dado a estes empresários é medida que afronta a moralidade, o império da Lei e os mais mezinhos princípios do Estado Democrático de Direito.

“Tão grave quanto os fatos que en-



volvem o presidente da República, são os termos da colaboração premiada homologados pelo STF”, frisa Leonardo Campos.

Para Joaquim Spadoni é essencial que a OAB, cumprindo seu papel constitucional, estude a maneira mais adequada para se impugnar essa colaboração premiada.

Criminosos confesos do que já é considerado o maior caso de corrupção da história brasileira, os empresários não sofrerão qualquer pena de restrição de direitos de nenhuma natureza, poderão continuar à frente do comando de suas empresas, poderão residir no exterior, além de outras benesses.

“Estes dois empresários estão nos

Estados Unidos e, de lá, olham para a sociedade brasileira. Qual é a mensagem que é passada para a sociedade brasileira numa situação como essa? Eles foram punidos ou receberam um prêmio? Fizeram o que fizeram, continuam com uma vida invejável e o povo brasileiro não tem educação, não tem saúde, não tem segurança pública”, avaliou o presidente da OAB, Cláudio Lamachia,

em entrevista coletiva concedida à imprensa no mesmo dia.

Conforme o pedido apresentado pelo conselheiro federal da OAB-MT, os danos causados à nação são de gravidade extrema e não podem passar impunes. Ele aponta que é impossível aferir quantas pessoas deixaram de ter atendimento médico adequado da rede de saúde pública ou quantas crianças ficaram sem merenda escolar ou ainda quantas pessoas morreram em razão da violência. Contudo, sabe-se que a obtenção, por meios fraudulentos, de recursos públicos alcança cifras bilionárias.

“Interferiu-se no âmago da democracia do país; mudando-se o curso da

nação, através da compra de votos políticos, de leis, de benesses fiscais e do financiamento ilícito de mais de 1800 políticos nos últimos 10 anos; e o esquema criminoso prejudicou e ainda prejudica a União, estados e municípios, que se viram privados de recursos para atendimento de suas obrigações constitucionais mais básicas”, aponta o documento.

Ainda, de acordo com o requerimento apresentado pela OAB-MT para a instalação urgente da comissão especial, o perdão judicial destes empresários afronta a razão de ser das leis criminais porque serve de estímulo para a prática de corrupção por empresários, vez que a eles bastariam, uma vez flagrados em ação criminosa, entregar seus parceiros de crime e, a partir daí, não sofrer qualquer pena.

O conselheiro federal explica que a jurisprudência do STF ainda não enfrentou uma situação semelhante em relação à colaboração premiada, sendo que a manifestação da Corte foi apenas no sentido de que pessoas citadas em delação não poderiam impugnar os termos.

Neste sentido, é essencial um estudo e a adoção das medidas cabíveis em defesa dos interesses da própria sociedade.

PGE presta esclarecimentos sobre RPVs no III Colégio de Presidentes

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) prestou esclarecimentos junto ao III Colégio de Presidentes das Subseções da OAB-MT em Nova Mutum. Procurador Diego Doregati tirou dúvidas da advocacia referentes ao pagamento das Reposições de Pequeno Valor (RPVs) e honorários de advogados dativos.

O procurador ressaltou que a advocacia do interior tem enfrentado muita dificuldade no que tange ao recebimento das RPVs.

“Foi relatado pelos advogados que atuam no interior, uma dificuldade muito grande no que tange ao recebimento dos RPVs que são oriundos da atividade de advogados dativos, eles tem atuado como advogados dativos em suplementação da

atividade de defensores públicos e tem demorado muito para receber”, explicou Diego Doregati.

Com o relato da advocacia, o procurador recebeu os anseios e observou que serão implementadas mudanças e melhorias para agilizar o recebimento dos honorários dativos.

“A PGE está estudando junto com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para implementar um sistema que seja feito o pagamento diretamente administrativo destas certidões e uma construção de tabela própria de honorários de dativos que seja mais compatível com a realidade do Estado. Acredito que em dois meses teremos resposta para questionamento”, disse.

Após a sessão do Colégio de Presidentes, constou como objetivos da ata os seguintes pontos referentes aos esclarecimentos da PGE, para fazer gestão junto ao órgão e ao TJMT visando o chamamento judicial da Fazenda Pública por meio eletrônico, mesmo nos processos físicos, para agilizar a tramitação processual, em atendimento às diretrizes dos artigos 246 e 536 do Código de Processo Civil (CPC).

Além disso, a ata também prevê externar repulsa a impugnações claramente protelatórias por parte do Estado, exigir o cumprimento dos prazos às respectivas manifestações do Estado, e estabelecer regramento procedimental e documental para recebimento das RPVs.



OAB-MT participa da instalação da 3ª Vara Criminal na Comarca de Nova Mutum

A OAB-MT participou da instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Nova Mutum no dia 18. Na ocasião, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos comemorou a conquista que trará maior celeridade ao jurisdicionado.

“Sobre a instalação da 3ª Vara em Nova Mutum precisamos fazer um retrospecto, pois este é um sonho antigo

da advocacia do município. A instalação da 3ª Vara só foi possível graças à construção do novo Fórum, que é uma luta nossa desde 2006”, afirmou o presidente da OAB-MT.

Além disso, Leonardo Campos apontou o grande volume de processos na Comarca de Nova Mutum que demonstra a necessidade de instalação de mais uma Vara Criminal.

“Esta é uma Comarca com 18 mil processos, então havia a necessidade de instalação de mais uma vara, mais um magistrado, para dar resposta com a celeridade que o jurisdicionado merece e se reverterá em rapidez na distribuição de justiça”, ressaltou Leonardo Campos.

Presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), desembarga-

dor Rui Ramos destacou que o novo Fórum de Nova Mutum tornou-se referência como modelo de qualidade, funcionalidade, acessibilidade e segurança. “Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde querem informações sobre como foi construído aqui”, disse.

Rui Ramos observou que havia a necessidade de instalação de mais uma Vara na Comarca, tendo em vista que apresentava a mesma dificuldade que outras Comarcas do Estado. “A falta de juízes criminais gera a sensação de impunidade pelos atrasos nos processos. Existe esta dificuldade de estrutura não só no Judiciário, mas também na Polícia Civil o que reforça esta sensação”.

Para Rui Ramos é preciso estruturar melhor a justiça criminal. “Temos muitas Varas Cíveis, pois são as que arrecadam, e a Criminal não arrecada. Temos 79 Comarcas em parte deficitárias, mas isso não pode ser motivo para que a Justiça Criminal fique em 2º plano, pois não estruturar cria essa sensação de impunidade”.

A advocacia mato-grossense esteve representada no ato, pois concomitantemente à instalação da Vara, Nova Mutum recebeu o III Colégio de Presidentes de Subseções e III Colégio de Delegados da Caixa de Assistência (CAA-MT) no período de 18 a 20 de maio.



Carta de Nova Mutum determina diretrizes da OAB-MT para 2017

Com a presença de 25 presidentes e 2 representantes de Subseções da OAB-MT, a carta de Nova Mutum delibera sobre as principais diretrizes para a gestão da entidade neste ano de 2017.

Entre as diretrizes traçadas consta a defesa intransigente das prerrogativas da advocacia, uma das principais bandeiras de gestão da OAB-MT, que neste mês recebeu a Caravana Nacional das Prerrogativas com a presença do presidente do Conselho Federal da OAB Claudio Lamachia.

Na ata da sessão do Colégio de Presidentes consta como os objetivos deverão ser alcançados e para cumprir essa diretriz das prerrogativas, prevê que a entidade irá oficiar o Tribunal de Justiça para que sejam disponibilizados monitores nas salas de audiência para que a advocacia tenha acesso aos autos dos processos eletrônicos durante a realização das audiências.

Com relação ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED), a ata propõe que o TED forneça aos presidentes de Subseções, mediante solicitação, informações acerca do andamento de processos disciplinares de advogados vinculados às respectivas bases.

Outros objetivos estão previstos na ata, como por exemplo, a proposta de estudo junto à Comissão de Direito do Trabalho para encaminhar ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) proposição no sentido de buscar fixação de honorários periciais de forma equânime independentemente da parte sucumbente no objeto da perícia.

Para a Comissão de Direito Imobiliário, consta na ata o acompanhamento do estudo acerca da avaliação pela Secretaria de Fazenda (Sefaz) de imóveis na declaração de ITCMD.

Ao Tribunal de Justiça, a ata prevê reiterar solicitação para implementar ferra-



mentas visando a observação do artigo 12 do novo Código de Processo Civil (CPC).

Além disso, a carta também prevê que a entidade fará gestão junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para criar procedimentos que confirmam celeridade e eficiência aos processos de pagamento de RPV e honorários de advogados dativos. Também é elencada a necessidade de fazer gestão junto ao Tribunal de Justiça para que a Vara Especializada de Conflito Agrário tenha maior celeridade e descentralização para se aproximar do jurisdicionado.

Outro ponto previsto na carta é para pugnar pela efetividade às diretrizes de artigos 246 e 536 do CPC, visando o chamamento judicial da Fazenda Pública por meio eletrônico.

O Colégio de Presidentes também aprovou o apoio ao afastamento do presidente da república Michel Temer na

hipótese de confirmadas as denúncias veiculadas pela mídia nacional e a convocação de eleições indiretas para a sucessão presidencial em cumprimento à Constituição Federal.

A carta também define por unani-

midade que o próximo Colégio de Presidentes será realizado em Peixoto de Azevedo, e terá como coordenadores o presidente Marcus Macedo e o presidente da Subseção de Tangará da Serra, Kleiton Araújo de Carvalho.

Confira a carta na íntegra:

O Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso, realizada na cidade Nova Mutum, no dia 19 de maio de 2017, para cumprimento do Regimento Interno do Colégio de Presidentes, atendendo às funções institucionais e norteados nos princípios e ideais da entidade, houve por bem tomar as seguintes deliberações:

FAZER GESTÃO junto à Procuradoria Geral do Estado objetivando criar procedimentos que confirmam celeridade e eficiência aos processos de pagamento de RPV e honorários de advogados dativos, repelindo os atos de caráter meramente protelatórios por parte da Fazenda Pública Estadual que visem retardar o pagamento das referidas verbas;

PUGNAR pela efetividade às diretrizes de artigos 246 e 536 do CPC, visando o chamamento judicial da Fazenda Pública por meio eletrônico.

REAFIRMAR a defesa intransigente das prerrogativas dos advogados, combatendo toda forma de tratamento desigual conferido a advocacia em relação aos membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensores Públicos.

FAZER GESTÃO junto ao Tribunal de Justiça para que a Vara Especializada de Conflito Agrário cumpra sua função social no que pertine à celeridade e descentralização para aproximação com o jurisdicionado.

APOIAR o afastamento do Presidente da República Michel Temer na hipótese de confirmadas as denúncias veiculadas pela mídia nacional e a convocação de eleições indiretas para a sucessão presidencial em cumprimento aos comandos constitucionais vigentes.

DEFINIR a unanimidade que o próximo Colégio de Presidentes será realizado na cidade de Peixoto de Azevedo, nomeando como coordenadores o Presidente Marcus Augusto Giraldo Macedo e Presidente Kleiton Araújo de Carvalho.

RATIFICAR os termos aprovados nas cartas dos colégios anteriores.



Caravana Nacional das Prerrogativas percorre municípios de Mato Grosso

Com a missão de fortalecer as prerrogativas da advocacia, a OAB-MT recebeu a Caravana Nacional de Prerrogativas em cinco municípios do Estado. A Caravana também contou com a presença do presidente do Conselho Federal (CFOAB) Claudio Lamachia.

De 10 a 12 de maio, a Caravana passou pelas subseções de Várzea Grande, Rondonópolis, Primavera do Leste, Nova Xavantina e encerrou a programação em Cuiabá.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos comemorou a vinda do presidente do Conselho Federal. "Mato Grosso recebeu mais uma vez o presidente Claudio Lamachia. É a sua terceira visita ao nosso Estado, sendo que anteriormente só recebíamos presidentes para inauguração de subseções. Temos a presença forte do Conselho Federal que já participou de ato em defesa da advocacia aqui neste ano e agora traz a Caravana Nacional de Prerrogativas".

Claudio Lamachia ressaltou a importância da Caravana Nacional de Prerrogativas. "As caravanas são fundamentais para que possamos acompanhar de perto a rotina das advogadas e dos advogados que militam em todos os Estados do Brasil. Somente com esta vivência podemos compreender as necessidades e os anseios dos mais de um milhão de profissionais inscritos na Ordem", destacou.



Caravana mobiliza a advocacia várzea-grandense

Com a casa cheia, a subseção de Várzea Grande deu o pontapé inicial à Caravana Nacional das Prerrogativas no dia 10 de maio.

Advogados, advogadas, estagiários e estudantes de Direito se reuniram com os representantes da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia para esclarecer dúvidas e apresentar o cenário vivenciado pelos profissionais.

Além do vice-presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas, Cassio Telles, e do procurador nacional de Defesa das Prerrogativas, Charles Dias, a primeira parada da Caravana Nacional das Prerrogativas em Mato Grosso contou com a participa-

ção de representantes das seccionais do Piauí, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

"Mato Grosso se torna capital da advocacia brasileira", ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, durante a abertura da Caravana.

Com participação efetiva dos presentes, o encontro foi avaliado como extremamente positivo pela presidente da OAB Várzea Grande, Flávia Petersen Moreti. "Os temas que foram apresentados aqui, a gente percebeu que surpreendeu até mesmo a comitiva da caravana e é de forma positiva que todos os problemas elencados terão as devidas providências tomadas pela subseção", avaliou.

SOBRE A CARAVANA

A Caravana é uma iniciativa do Conselho Federal da OAB em parceria com as seccionais que percorre o país realizando reuniões, audiências, visitas, inspeções e palestras com o intuito de preservar a dignidade profissional dos advogados, garantindo a inviolabilidade dos escritórios, o sigilo das comunicações, a valorização da advocacia e a garantia de honorários justos.

A presença do sistema OAB-MT em todo o estado é uma bandeira defendida pelo presidente Leonardo Campos, que inclusive tem priorizado diferentes municípios e regiões de Mato Grosso para receber as principais ações da Ordem.

Advocacia de Rondonópolis apresenta principais anseios

Os principais anseios sobre as prerrogativas da advocacia de Rondonópolis foram recebidos pela Caravana Nacional das Prerrogativas em reunião na sede da Subseção no dia 10. No encontro com representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) foi reforçada a importância da defesa das prerrogativas pelos próprios profissionais.

"Mato Grosso é o 13º Estado a receber a Caravana Nacional e todos os membros do Conselho Federal destacaram que temos uma das melhores realidades no que concerne ao respeito às prerrogativas da advocacia", observou Leonardo Campos.

O procurador nacional de

defesa das prerrogativas Roberto Charles de Menezes Dias ressaltou que a advocacia nacional está sob uma orquestração de diminuição da profissão e sofre a tentativa de exclusão da participação no processo judicial e até nos administrativos.

Charles também afirmou que a bandeira das prerrogativas é fortalecida com a união dos 1 milhão e 100 mil advogados de todo o país.

Presidente da Subseção de Rondonópolis, Stalyn Paniago registrou a parceria com a OAB-MT para a construção do parlatório no anexo do prédio da Mata Grande, que recebeu a



Lamachia e Caravana Nacional das Prerrogativas reforçam atos de desagravo em Primavera do Leste e Nova Xavantina

A Caravana Nacional das Prerrogativas representou a união da advocacia brasileira durante dois atos de desagravo realizados em Primavera do Leste e Nova Xavantina no dia 11 de maio, com a presença do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) Claudio Lamachia.

Claudio Lamachia afirmou que a presença do Conselho Federal junto com a Caravana Nacional das Prerrogativas é a prova de que a OAB estará presente em cada caso que um advogado tiver suas prerrogativas ofendidas.

“Precisamos bradar com toda a nossa força que autoridades não podem confundir jamais a sua função de autoridade com autoritarismo e é isso que vimos neste ato pelas agressões sofridas. A minha presença nestes atos tem exatamente esta demonstração, de que onde estivermos, onde houver um advogado que seja desrespeitado neste país, o Conselho Federal, as Seccionais e as Subseções estarão presentes, hipotecando uma solidariedade que não é apenas da advocacia, mas da própria sociedade brasileira”, observou.

Para o presidente do Conselho Federal, quando há desrespeito a uma prerrogativa da Lei 8.906 (Estatuto da Advocacia), não é apenas com o profissional do direito, mas com o estado democrático de direito.

“Todos sabemos o que representa a nossa atividade profissional para a democracia, desrespeito ao advogado é desrespeito ao cidadão, por que falamos em nome do

cidadão, pelo cidadão e em respeito ao cidadão”, ressaltou Lamachia.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos apontou que o ato de desagravo realizado com a presença do Conselho Federal que demonstra que a atuação da entidade através do presidente Claudio Lamachia dá o mesmo peso tanto para a advocacia do interior quanto para a capital.

“Onde um advogado for ofendido, onde um advogado tiver a sua prerrogativa violada, lá estaremos. Isso comprova a importância de Mato Grosso no cenário nacional e importância da advocacia em modo geral neste momento para o Conselho Federal. A vinda do Lamachia comprova que a prioridade é a advocacia como um todo”, afirmou Leonardo Campos.

PRIMAVERA DO LESTE - O ato



ocorreu em favor do advogado Wender Luiz dos Santos, preso irregularmente acusado de desacato pelo escrivão da polícia David Lincoln Mendes Alves Nogueira.

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) André Stumpf explicou que o advogado Wender havia se deslocado até a delegacia e o escrivão de polícia disse que ele não estaria trajando roupa que aparentasse ser advogado.

“Após o desentendimento, o escrivão deu voz de prisão ao advogado por desacato, o advogado não aceitou e foi algemado e preso por resistência. O advogado também foi agredido com um tapa no rosto por um policial civil chamado Marcão”, disse.

Stumpf ainda destacou que o advogado foi algemado, o que não é permitido, e foi negado assistência à sua saúde, uma vez que é cardiopata e estava em pós-operatório. “O estatuto da advocacia prevê que nenhum advogado pode ser preso sem a presença da Ordem, e tanto o escrivão quanto o delegado se negaram a comunicar à OAB, o que comprova crime de abuso de autoridade de todos os agentes. A Ordem já representou os dois criminalmente”.

O presidente da Subseção de Primavera do Leste Edmar Rodrigues agradeceu o empenho da Seccional e do Conselho Federal em comparecerem no município para o ato de desagravo e a importância em receber a Caravana Nacional das Prerrogativas.

NOVA XAVANTINA - Uma das menores subseções da OAB-MT em Nova Xavantina recebeu a Caravana Na-

cional das Prerrogativas e o presidente do Conselho Federal Claudio Lamachia para ato de desagravo realizado em favor do advogado José Roberto Oliveira Silva e em desfavor dos policiais militares Juarez Gomes da Silva, Milton Araújo da Silva, Dhione Alves da Silva, Jean Carlos Dias Rodrigues, Uelke Prudência de Jesus e o Tenente Couto.

Conforme o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) André Stumpf, o advogado foi atender uma ocorrência e no local enquanto tentava tomar ciência dos fatos foi agredido por um policial militar fisicamente.

“O advogado foi preso por desacato, mas foi agredido fisicamente enquanto estava no exercício da profissão e por essa razão, diante do vídeo e das imagens encaminhadas aprovamos o ato de desagravo. Mais uma vez a advocacia sendo ofendida de forma cruel e vil. Nós não vamos medir esforços para responder à altura dessas violações das nossas prerrogativas. A presença do Lamachia e do presidente da OAB-MT demonstra essa preocupação”, observou Stumpf.

Presidente da subseção de Nova Xavantina Jessé Candini agradeceu o empenho do Conselho Federal bem como da Seccional em realizar o ato de desagravo e da presença da Caravana Nacional das Prerrogativas.

Também participaram do ato de desagravo, o presidente da Subseção de Água Boa Paulo Sergio Diniz e o presidente da Subseção de Barra do Garças Leonardo André da Mata.

Em Mato Grosso, presidente da OAB ressalta importância da defesa das prerrogativas para a cidadania

“É o momento claro que nós temos de mostrar efetivamente que a advocacia brasileira não aceitará em momento algum qualquer desrespeito às prerrogativas profissio-

nais dos advogados”, declarou o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia durante a Caravana das Prerrogativas em Mato Grosso.

Lamachia destaca que as prerrogativas da advocacia são inegociáveis e irrenunciáveis. “Elas não pertencem ao advogado, elas pertencem à profissão do advogado, à profissão que ele exer-

ce e, acima de tudo, elas se destinam ao cidadão. É a ele que se destinam as nossas prerrogativas e, portanto, nós temos obrigação de trabalhar desta forma”, explicou.

III Colégio de Delegados da CAA/MT avalia ações e traça metas

A diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) esteve reunida com representantes de 22 subseções da OAB-MT, em Nova Mutum (a 242 quilômetros de Cuiabá), entre os dias 18 e 19 de maio. O encontro celebra a terceira edição do Colégio de Delegados da CAA/MT realizado pela gestão 2016-2018. A reunião anterior foi realizada em dezembro do ano passado, em Mirassol D'Oeste.

“Esse Colégio foi bastante produtivo. Saímos daqui satisfeitos com o debate. Afinal, conseguimos prestar contas de todo o trabalho feito nos últimos seis meses tanto em Cuiabá quanto no interior do estado. Foi possível, ainda, traçarmos nosso plano de trabalho para os meses vindouros e apresentarmos novos projetos como o sistema de convênios que trará mais segurança e celeridade a esse benefício tão importante para a classe”, afirma o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

A diretoria da entidade também esteve representada por sua vice-presidente, Xênia Artmann Guerra; seu diretor-tesoureiro, Leonardo de Mesquita Vergani; pela sua secretária-geral, Ana Carolina Naves Dias Barchet; e por sua diretora Gisele Gaudêncio.



Os representantes da CAA/MT – os Delegados –conheceram a nova política de utilização das mídias sociais a ser implementada. “Centralizaremos as publicações da capital e interior nas páginas oficiais da Caixa de Assistência para que fortaleçamos a imagem de nossa entidade e todo o trabalho que é feito em prol da advocacia”, esclarece Itallo Leite.

Um ponto bastante discutido pelos participantes do Colégio de Delegados

foi o maior acesso dos profissionais do Direito aos cursos oferecidos pela Escola Superior de Advocacia (ESA-MT). O presidente da Escola, Marco Antônio Lorga, assegurou que já há uma preocupação, por parte da entidade, em baixar os custos dos cursos e palestras, garantindo, dessa forma, que mais advogados e estagiários qualifiquem-se. “Conto com o apoio da Caixa de Assistência para que interiorizemos mais as ações da ESA”, diz Marco Antônio Lorga.

“Em cada Colégio que participamos agregamos mais conhecimento. Isso faz com que crescamos enquanto Delegados representantes da Caixa de Assistência e enquanto profissionais. Participar de mais um encontro como este é sempre bastante proveitoso”, declara a Delegada para Sorriso, Ionara Santos.

O IV Colégio de Delegados da CAA/MT está previsto para o final do segundo semestre, na subseção da OAB-MT de Peixoto de Azevedo.

Campanha estadual de vacinação contra H1N1 é finalizada



Após percorrer cerca de 10.000 quilômetros, chega ao fim a primeira etapa da campanha de vacinação contra a gripe H1N1 realizada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Durante 30 dias, as doses foram disponibilizadas aos profissionais da advocacia de todas as 29 subseções da OAB-MT. Este é o segundo ano que a ação de vacinação abrange todo o estado.

“Recebemos muitos elogios de colegas de várias regiões de Mato Grosso. Isso demonstra que estamos no caminho certo. Estamos muito satisfeitos com o resultado”, declara o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

A parceria entre CAA/MT

e Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) do Conselho Federal da OAB ofertou doses gratuitas da vacina para os(as) advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a Ordem. Dependentes desse grupo também puderam se imunizar mediante pagamento da taxa de aplicação da dose no valor de R\$ 40.

“A nossa campanha foi muito bem recebida pelos advogados. Todos ficaram bastante satisfeitos com o trabalho da Caixa de Assistência. São ações como essa de promoção da saúde e bem-estar da classe que nos enchem de orgulho de participar dessa entidade”, declara a delegada da CAA/MT em Sinop, Andreia Ronfim.

Presidentes das Caixas de Assistência do Centro-Oeste reúnem-se em Cuiabá

Cuiabá sediou no dia 12 de maio a primeira edição do Concad Centro-Oeste. Compareceram os presidentes das Caixas de Assistência dos Advogados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e da entidade anfitriã, Mato Grosso. A reunião foi realizada pela Coordenação Nacional das Caixas de Assistência (Concad) do Conselho Federal da OAB e Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT).

“Sinto-me muito feliz em retornar a Mato Grosso para participar de um evento tão importante quanto esse que reflete a união das Caixas de Assistência. A participação de todos os presidentes das unidades do Centro-Oeste é uma demonstração dessa força. Somos uma família”, afirma o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Distrito Federal (CAA/DF) e Coordenador da Concad, Ricardo

Alexandre Rodrigues Peres.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, destacou a importância da troca de experiência entre as Caixas de Assistência. “Precisamos fortalecer nossa região, fomentando ainda mais serviços e benefícios para a classe”.

O presidente da OAB-MT e ex-presidente da CAA/MT no período de 2010 a 2015, Leonardo Campos, enalteceu a realização do encontro. “Nunca tivemos um Concad Centro-Oeste. As Caixas de Assistência estão de parabéns pela inédita iniciativa. É preciso, sim, regionalizar as ações porque somente dessa forma será possível colocar em prática projetos que atendam às reais necessidades da advocacia do Centro-Oeste”.

Entre os assuntos discutidos pelos membros das diretorias das Caixas de Assistência do Centro-Oeste estavam ações

direcionadas à saúde, ao esporte e à qualidade de vida do profissional do Direito e sua família. “É preciso que fique claro que o foco de atuação das Caixas de Assistência é esse (saúde, esporte e qualidade de vida). Questões como prerrogativas profissionais competem às OABs. É por isso que existe a OAB e a Caixa de Assistência. Ambas se completam”, frisa o presidente da CAA/DF e coordenador da Concad.

Outro ponto que mereceu destaque foi o fortalecimento do Programa Anuidade Zero. O modelo adotado pela Caixa de Assistência de Mato Grosso do Sul foi apresentado como o melhor a ser seguido. “Temos uma receptividade muito boa por parte dos nossos colegas. Já conseguimos restituir a anuidade profissional para milhares de advogados que optam por comprar produtos ou contratar serviços junto às empresas conveniadas”, relata o presidente da CAA/MS, José Armando Amado.

O modelo de escritório compartilhado colocado em prática pela Caixa de Assistência de Goiás (Casag) recebeu diversos elogios dos participantes do Concad Centro-Oeste. “Precisamos potencializar o que já temos e fazemos. A inauguração do escritório compartilhado há alguns dias é um exemplo disso. Transformamos um espaço praticamente esquecido pela gestão passada e pouco utilizada pela advocacia goiana em um local moderno, funcional e, o principal, acessível a todos”, relata o presidente da Casag, Rodolfo Otávio Mota.

Adoção de uma carteira de identificação para o dependen-

te do advogado, melhoria nos serviços de certificação digital, plano de saúde e livraria também mereceram a atenção dos presentes ao evento. O fortalecimento de competições de pedal e corrida finalizaram a pauta.

A segunda edição do Concad Centro-Oeste já está definida. Será realizada no mês de outubro, em Goiás.

Além dos presidentes das quatro Caixas de Assistência do Centro-Oeste, prestigiaram o encontro a vice-presidente da CAA/MS, Herthe Brito; do diretor tesoureiro, César Palumbo; da secretária-geral adjunta, Dora Waldow; do secretário-geral da CAA/DF, Maxmilian Patriota; a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra; o diretor tesoureiro, Leonardo Vergani; a secretária-geral, Ana Carolina Barchet; e as diretoras Gisele Gaudêncio e Clarissa Lopes.

COPA CENTRO-NORTE - Com o objetivo de realizar uma seletiva para os Jogos de Verão Nacional - que acontecerá em janeiro do próximo ano - ficou definida a realização da Copa Centro-Norte.

O evento reunirá a advocacia dos estados do Centro-Oeste e do Norte do país e será coordenado pelas Caixas de Assistência dessas regiões. A previsão é que a Copa ocorra entre os dias 19 e 21 de outubro, em Goiânia (GO).

Advogados disputarão diversas modalidades esportivas coletivas e individuais. As equipes e atletas que obtiverem os melhores resultados representariam sua região na disputa nacional, em 2018.



Validação do certificado digital já pode ser feita no Estacionamento dos Advogados

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa que a validação do certificado digital está disponível também no Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá. O atendimento é feito das 12h às 19h, conforme agendamento prévio direto com a funcionária da Minc Certificadora Digital (65 - 3644-3040).

A compra do certificado digital continua sendo disponibilizada de forma digital, via site:www.acoab.com.br. Porém, para os atendimentos no Estacionamento dos Advogados, há a dispensa do agendamento pelo site. O certificado digital é comercializado por R\$ 130.

Importante esclarecer que o posto

de atendimento da certificação digital existente na sede da CAA/MT continua em atividade.

INFORMAÇÕES: Certificação digital - sede CAA/MT (65 3644-1006 / 3644-1374) / Certificação digital - Estacionamento dos Advogados (65 344-3040).

AGENDA CAA/MT*

09/06 - III Arraiá da Advocacia/OAB Tangará da Serra

10/06 - V FeijOAB / OAB Lucas do Rio Verde

11/06 - Costelada Junina/OAB Rondonópolis

12/06 - Abertura das inscrições V Corrida da Advocacia e II Corrida da Advocacia Kids / Cuiabá

30/06 - II Arraiá da Advocacia/Cuiabá

*Datas sujeitas a alteração

Direito em Debate traz aspectos interdisciplinares sobre jogo Baleia Azul

Com o intuito de trazer diferentes visões sobre temas polêmicos e latentes na sociedade, o projeto Direito em Debate abordou na última edição, o jogo Baleia Azul para avaliar os aspectos interdisciplinares, com base no direito, na psiquiatria e na psicologia. O debate aconteceu no dia 30 de maio, no auditório da OAB-MT.

O Direito em Debate teve como objetivo debater e discutir sobre o jogo Baleia Azul, levando em consideração os pontos visados pela área do direito, da psiquiatria e psicologia.

Os debatedores foram a psicóloga

pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Adriana Guirado, especialista em saúde mental e coletiva, membro da equipe técnica do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil de Cuiabá (CIAPS) e da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP).

A psiquiatra Aline Quintal, com graduação em Medicina pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e residência em psiquiatria da infância e adolescência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestranda em saúde coletiva na Universidade Federal de

Mato Grosso (UFMT), médica psiquiatra da infância e adolescência do Capsi de Cuiabá, vice-presidente da Associação Matogrossense de Psiquiatria (AMTP).

E também o advogado Yuri Nadaf, especializado em direito administrativo pela Universidade Camilo Castelo Branco, professor da academia de Polícia Militar Costa Verde e da Universidade de Cuiabá (Unic).

A coordenadora pedagógica da Es-



cola Superior de Advocacia (ESA-MT) Vladia Maria foi a mediadora do debate.



OAB-MT requer ao TJMT lista própria de conclusão das sentenças e acórdãos

Após receber o anseio da advocacia em todo o Estado durante o III Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT, a Comissão de Direito Civil e Processo Civil requereu junto à Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) a correta aplicabilidade do artigo 12 do novo Código de Processo Civil (CPC). Para tal, a OAB-MT solicita que seja elaborada lista própria de conclusão das sentenças e acórdãos.

Conforme o requerimento, a Comissão de Direito Civil e Processo Civil pede providências para a correta aplicação do artigo 12 do CPC, no tocante a obrigatoriedade de elaborar lista própria de conclusão das sentenças e acórdãos a teor do dispositivo do parágrafo primeiro.

O pedido também destaca que “assim como procederem a correta aplicabilidade do comando legal para o fim de excepcionar apenas e tão somente as hipóteses descritas nos incisos I ao IX, do §2º do art. 12.

De acordo com o parágrafo segundo, estão excluídos da regra: sentenças proferidas em audiências, homologatórias de acordo ou improcedência liminar do pedido; julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos; julgamentos de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas; decisões proferidas com base nos artigos 485 e 932; julgamentos de embargos de declaração; de agravo interno; preferências legais e metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal e causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.

Além disso, o requerimento observa a importância de orientar os magistrados que a apreciação das tutelas provisórias não estão submetidas à ordem cronológica prevista no artigo 12 do CPC.

OAB-MT propõe ao Conselho Federal ação no STF contra dispensa de advogados em acordos

A OAB-MT, em conjunto com a OAB-SP, propôs ao Conselho Federal da OAB a interposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao dispor sobre os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), a Resolução nº 125 do CNJ, em seu artigo 11, traz que “nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados”.

Diante da situação, a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia apresentou uma proposição ao Conselho Federal da OAB que se posicionou acerca das questões pré-processuais em que o advogado é considerado dispensável, conforme a resolução do CNJ.

Sob relatoria do conselheiro federal da OAB-MT, Josemar Carmerino dos Santos, cujo voto foi acompanhado por unanimidade, o conselho entendeu que deve ser promovida uma modificação, não apenas no dispositivo da resolução, mas também na Lei nº 13.140/2015.

“O Conselho Federal, por meio dessa aprovação, vai trabalhar junto ao CNJ e ao Poder Legislativo para que sejam feitas as modificações necessárias”, explicou o conselheiro.

De acordo com o voto do relator, os Cejusc são órgãos integrantes do Poder Judiciário, logo, as audiências ali realizadas, pré-processuais e processuais,

se constituem em atos de conciliação e mediação judicial, e nos termos do art. 26 da Lei nº 13.140, de 26 de julho de 2015, as partes deverão ser assistidas por advogados ou defensores públicos. Na mediação e conciliação extrajudicial, realizada por particular, se faz necessária a presença de advogado ou defensor público com vistas a evitar as injustiças, nulidades e ilegalidades possíveis em negócios jurídicos onde apenas participam leigos, inclusive o mediador.

A proposta é para que a Resolução do CNJ inclua que as partes deverão estar assistidas por advogados ou defensores públicos nas audiências de conciliação e mediação e caso uma delas não esteja acompanhada, o mediador deverá suspender o procedimento.

Da mesma forma, em relação ao artigo 10 da Lei 13.140, que dispõe que “as partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos”, a sugestão é de substituição da palavra “poderão” por “deverão”, explicitando a indispensabilidade do advogado.

Além do trabalho já aprovado pelo Conselho Federal em relação à mudança dos dispositivos, a OAB-SP e a OAB-MT sinalizaram pela proposição de uma Adin no STF questionando a validade das normas vigentes, tendo em vista que o artigo 133 da Constituição Federal estabelece o advogado como indispensável à administração da Justiça.

Conforme Josemar Carmerino, a proposição de uma Adin por parte da OAB está em pauta para ser votada na próxima sessão do Conselho Federal.

OAB Sorriso poderá acionar Justiça se pacientes morrerem por falta de estrutura

Integrante do Grupo de Gestão da Saúde do Município, a subseção de Sorriso da OAB-MT tem acompanhado atentamente a situação do Hospital Regional de Sorriso, que vem sofrendo por falta de estrutura básica para atendimento dos pacientes.

Diante da situação, a OAB Sorriso pediu vistas em todos os processos que tramitam no Poder Judiciário relacionados à requisição de recursos por parte da unidade de saúde. De acordo com a presidente da subseção, Cláudia Pereira Braga Negrão, será feito um levantamento das ações e da situação do Hospital Regional.

No dia 22, o diretor técnico da unidade, Roberto Satoshi, chegou a chorar ao relatar a situação do hospital, que está com serviços suspensos desde março.

Conforme apresentado na audiência pública realizada no dia 23, existem débitos com médicos desde 2015, atrasos e inconstância nos repasses do Estado ao Hospital Regional de Sorriso. A falta de recursos é apontada como a principal causa de precariedade.

Na ocasião, a direção do Hospital Regional de Sorriso informou que alguns pacientes podem vir a óbito por falta de estrutura. Entre os materiais que estão em falta, cuja previsão de estoque é para até o dia 25, está o oxigênio, além de outros medicamentos.

“A OAB tem chamado a atenção de que se chegar a acontecer alguma morte por falta de estrutura, vamos acionar o Estado na Justiça”, declarou Cláudia Negrão.

No dia 24 a OAB Sorriso participou da mobilização que ocorreu em frente ao Paço Municipal para cobrar o repasse de recursos para o Hospital Regional de Sorriso. Além da OAB Sorriso, a Comissão de Saúde da OAB-MT também fará uma análise e acompanhamento da situação.



Advocacia de Rondonópolis discute principais temas do Direito Tributário

A Subseção de Rondonópolis recebeu o I Seminário de Direito Tributário, promovido pela Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da OAB-MT.

O evento contou com três painéis diferentes. O primeiro abordou a tributação no agronegócio e, sob mediação do advogado Robson Avila Scarinci, contou com as palestras dos advogados Judson Gomes da Silva Bastos e

Deivison Roosevelt do Couto.

Daniele Fikui Rebouças e Frederico Augusto Alves conduziram o painel “Segurança x Insegurança Jurídica – Análise das Decisões Atuais”, que teve como mediador o advogado Edson Ritter.

Já o terceiro painel, “Reforma Tributária no Estado de Mato Grosso – Uma Análise da Perspectiva do Sistema Tributário Mato-grossense”, contou com mediação de Rafael Gonçalves e a palestra

do presidente da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da OAB-MT, Carlos Montenegro.

Além da atualização dos principais temas correntes no Estado sobre o Direito Tributário, o evento ainda arrecadou alimentos não perecíveis e fraldas geriátricas que serão revertidos para a Comunidade Divina Providência e para a Associação dos Pacientes Oncológicos de Rondonópolis (Apor).

OAB Sinop e Conselho da Comunidade se reúnem com famílias de detentos

Preocupados e ansiosos por informações, os familiares dos detentos do presídio Osvaldo Florentino Leite, o Ferrugem, se reuniram no dia 27 com a Subseção de Sinop, Conselho da Comunidade e um representante da unidade prisional.

“A Ordem sempre acompanhou de perto o relacionamento entre as famílias dos detentos e o presídio. Essa reunião é de extrema importância, já que, desde a rebelião, as visitas continuam suspensas. Os familiares querem respostas sobre a atual situação dos presos e pedem para vê-los o mais rápido possível. Diante de tudo o que aconteceu é compreensível a

ansiedade”, conta o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Sinop, Denovan Isidoro.

O presidente da OAB de Sinop, Felipe Guerra, foi um dos mediadores da reunião. “Nós explicamos quais os procedimentos devem ser adotados em relação às transferências e à reconstrução da unidade prisional. Nosso objetivo é restaurar a paz e isso só é possível proporcionando a comunicação entre família, detentos e diretoria da unidade prisional”, ressalta o presidente da OAB Sinop.

O diretor do Conselho da Comunidade, José Magalhães, explica que a

rebelião instaurou uma crise dentro do presídio. A entidade, juntamente com a Ordem, tenta solucioná-la facilitando a comunicação.

Durante a reunião participaram cerca de 60 familiares, em sua grande maioria esposas de detentos, que expuseram os problemas enfrentados. Um dos pontos levantados é a falta de colchões dentro da unidade, já que alguns foram queimados durante a rebelião.

“A princípio, a reunião foi essencialmente para passar como está a situação interna na instituição. O que os presos têm e o que eles não têm. Alguns deten-

tos não possuem colchões, mas as visitas serão reabertas na próxima semana e será possível que elas levem alguns itens. A unidade está passando por reparação dos danos causados, é preciso paciência”, explica a gerente administrativa da unidade prisional, Solange Rossi.

A REBELIÃO - Presos da Penitenciária Osvaldo Florentino Leite Ferreira (Ferrugem) em Sinop (503 km de Cuiabá) iniciaram uma rebelião na madrugada do dia 11 de abril. No encerramento do motim, no dia 12 de abril, foram confirmadas 5 mortes e cerca de 15 feridos.

Nelson Nery Junior sustenta a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5

Com o nome citado em mais de 2 mil acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado e consultor jurídico Nelson Nery Junior não poupa críticas à Corte quando o assunto é o extrapolamento de competências.

Em sua participação no Congresso de Direito Processual Civil promovido OAB-MT, ele reafirmou sua sustentação acerca da inconstitucionalidade da Súmula Vinculante Nº 5 como exemplo de ação legislativa do STF.

Isso porque, segundo Nelson Nery Junior, mesmo nos casos em que a Constituição Federal permite ao Supremo legislar, ou seja, por meio da edição de súmulas vinculantes, é necessário que haja um controle de constitucionalidade.

Resultado do julgamento do Recurso Extraordinário 43059 (proposto pelo Instituto Nacional da Seguridade Social em face da União) em setembro de 2008, a súmula estipula que “a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”.

Em 2011, a norma foi questionada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no STF. O julgamento do PSV 58 aconteceu no último dia 30 de novembro, rejeitando o pedido da Ordem para derrubar a Súmula Vinculante Nº 5. Contudo, o acórdão ainda não foi publicado e não está descartada a hipótese de recorrer.

Em consonância com a OAB, Nel-

son Nery Junior destaca que a súmula Vinculante Nº 5 é o maior exemplo de súmula inconstitucional. Ele lembra que o pedido do Conselho Federal ficou anos na pauta do Supremo.

De acordo com o consultor jurídico, o posicionamento do STF contraria súmula anterior do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que estava correta, ao dizer que não é nulo processo sancionatório, no caso, o processo administrativo para demitir um funcionário, sem a presença de seu advogado.

“Como? É um processo para demitir funcionário. Eu não falo para o almoxarife que vou lhe dar a defesa e lhe dou a pala-



vra. Então, estou dando defesa, mas não a ampla defesa. A Constituição garante ao acusado ampla defesa”, exemplifica.

Ele explica que a defesa somente seria ampla se o funcionário tivesse feedback técnico. “Ele sabe se a portaria é inepta? Ele sabe se já houve prescrição da pretensão administrativa do Estado? Então são questões técnicas e ele não está com a ampla defesa”, detalha.

Ainda, o inciso LV do artigo 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias fundamentais, o inciso LV expõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Diante da afirmação taxativa do dispositivo constitucional, Nelson Nery

Junior avalia que um dos problemas do país é a sazonalidade.

“Prefeitos e governadores do Brasil inteiro foram ao Supremo e disseram que tem mais de 500 mil ações para anular punição administrativa. Então as pessoas pediriam reintegração dos cargos, atrasados, promoções. Isso quebra o estado, o município. Então vamos dizer que está tudo válido e daqui uns 10 anos a gente reconhece que é inconstitucional e revoga a súmula”, comentou.

O pedido da derrubada da Súmula Vinculante 5 também dividiu o STF. A decisão que rejeitou o pedido da Ordem foi por 6 votos a 5, sendo vencidos os votos dos ministros Marco Aurélio, Edson Fachin, Luiz Fux, Celso de Mello e Cármen Lúcia.

Legislativo precisa garantir uma maior proteção integral a esse grupo de vulneráveis

Há 27 anos a homossexualidade foi oficialmente retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID), por isso, 17 de Maio é considerado o Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia.

Se no passado recente, a orientação sexual foi considerada patologia mental, nos dias atuais, merece, mais do que nunca, atenção do Poder Legislativo. Nas últimas três décadas, avanços na legislação ocorreram em vários setores. Os estatutos da Criança e Adolescente, do Idoso e da Igualdade Racial trouxeram ao ordenamento jurídico brasileiro uma série de mecanismos para proteger esse grupo de vulneráveis e assegurar o respeito às garantias fundamentais.

Contudo, a dignidade sexual ainda é alvo de polêmica quando o

assunto é a lei. O Brasil é o país que registra o maior número de crimes de homofobia no mundo.

De acordo com o presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB-MT, João Paulo Carvalho Dias, os crimes de homofobia, em tese, se configuram pelo ataque ou ofensa alguém motivado por repulsa, aversão ou ódio à orientação sexual externada por aquela pessoa.

Não existe, no entanto, uma tipificação específica para crimes cometidos contra a população LGBT.

“As discussões no Legislativo deveriam tramitar de forma mais rápida, mais célere, de modo a garantir uma maior proteção integral deste grupo de vulneráveis”, ressalta o presidente da Comissão. Ele destaca que esta vulnerabilidade é agravada diante do número

de mortes, agressões e ofensas.

De acordo com os dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), em 2016 foram registradas 340 mortes por motivos homofóbicos. O número já é suficiente para colocar o Brasil no topo do ranking mundial. No entanto, diante da falta de tipificação no ordenamento jurídico brasileiro, não há registros oficiais.

Enquanto o Poder Legislativo patina na discussão sobre o tema, o Poder Judiciário tem demonstrado certo avanço na questão.

“O Judiciário tem se posicionado há muito tempo, mesmo antes de 2010, de forma contundente para garantir o direito fundamental das pessoas, independentemente de orientação sexual”,

comentou João Paulo Carvalho Dias.

Segundo o presidente da Comissão, o Judiciário tem feito isso justamente por conta da omissão legislativa.

A Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) trabalha na elaboração do Estatuto da Diversidade Sexual. O projeto está em fase de coleta de assinaturas no Congresso Nacional.

Os crimes homofóbicos podem ser denunciados diretamente à Polícia Militar, pelo telefone 190, onde serão encaminhados para o Grupo Estadual Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH) da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) ou pelo Disque 100 da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

Informe OAB

Em Várzea Grande, Caravana Nacional das Prerrogativas aborda pela primeira vez os direitos dos estagiários

Durante a reunião da Caravana Nacional das Prerrogativas em Várzea Grande, a comissão falou pela primeira vez, desde que foi iniciada a iniciativa, sobre as prerrogativas dos estagiários. Assim como os profissionais que atuam na advocacia, os estudantes de Direito que desejam aprimorar seus conhecimentos na prática profissional precisam se inscrever na OAB. Desta forma, assim como advogados e advogadas, os estagiários têm suas garantias e deveres no exercício da profissão estabelecidos pela Lei Federal Nº 8.906/94.

Conforme a legislação, os estagiários regularmente inscritos na Ordem podem praticar os atos privativos da advocacia, como a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais e as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas, desde que em conjunto com advogado e sob a responsabilidade deste.

OAB-MT representa Conselho de Usuários da TIM na Anatel

Representada pelo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Rodrigo Palomares, no Conselho de Usuários da TIM, a OAB-MT levou o pleito dos usuários de todo o país, representado pelos conselhos das cinco regiões, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O Conselho de Usuários da TIM se reuniu em Brasília nos dias 19 e 20 para a deliberação das próximas ações. Entre os assuntos debatidos, foi elaborado um termo de cooperação técnica entre os cinco conselhos. Uma das propostas do documento é a disponibilização do link para o informativo Anatel Explica, que tem como foco divulgar as informações voltadas para os consumidores dos serviços de telecomunicações.

PJe Push do TRT 23 passa a informar nome das partes e patronos em andamentos processuais

O serviço de acompanhamento automático de processos pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) Push do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23) agora passa encaminhar e-mails automaticamente com o nome das partes e os seus respectivos patronos, além do respectivo andamento processual. A alteração foi solicitada pela Comissão de Direito Eletrônico em outubro do ano passado, em reunião com o Comitê Gestor do PJe do TRT 23.



Projeto do novo Fórum de Várzea Grande é apresentado

O projeto arquitetônico do novo Fórum de Várzea Grande foi apresentado em reunião técnica no dia 5 na Escola dos Servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). O lançamento da obra foi realizado no dia 10 de maio, no local a ser instalado, no loteamento Chapéu do Sol.

Comissão faz campanha de arrecadação de livros para unidades prisionais

A OAB-MT, por meio da Comissão de Direito Carcerário, está promovendo uma campanha de arrecadação de livros para as unidades prisionais de Mato Grosso. De acordo com o presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas, a proposta visa equipar as unidades prisionais com bibliotecas estruturadas e capacitar reeducandos com noções básicas para administrar o espaço a fim de atender a comunidade carcerária.

As doações podem ser realizadas na sede da seccional, na Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), nas salas da OAB-MT (Fórum de Cuiabá, Edifício Maruanã e Justiça Federal), no Estacionamento da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT) ao lado do Fórum e nas sedes das subseções.

Podem ser doados livros novos e usados de qualquer gênero literário. A arrecadação acontece por tempo indeterminado, já que visa estruturar o maior número de unidades prisionais.

PJe é implementado na Presidência do TJMT

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi implementado no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) através da portaria nº 241/2017-PRES. Com isso, os processos de competência da Presidência que deverão tramitar pelo sistema PJe são: suspensão de liminar ou antecipação de tutela; cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública; reclamação e suspensão de execução de sentença. Os processos protocolados de forma física até às 12h do dia 5 de julho, incluindo seus incidentes, irão tramitar de forma física até o seu arquivamento.

A partir desta data, os processos protocolados de forma física não serão distribuídos. A secretaria auxiliar da Presidência intimará a parte autora, por publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) para promova a retirada do processo não distribuído em até 45 dias. Transcorrido este prazo de devolução dos documentos, estes serão descartados. Além disso, os mandados expedidos serão encaminhados eletronicamente à Central de Mandados do TJMT.



Estudantes tiram dúvidas sobre Lei da Aprendizagem

A Escola Estadual Marcelina de Campos, no bairro Santa Amália, foi palco de mais uma edição do projeto OAB vai à Escola no dia 30. Durante a ação, duas representantes da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) falaram sobre a Lei da Aprendizagem para estudantes do Ensino Médio. Tema central da conversa, a Lei 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem, alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e também tem previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), contudo, os estudantes que são alvos dos benefícios previstos na legislação nem sempre conhecem seu conteúdo. Levar uma noção e esclarecer dúvidas relacionadas ao trabalho do Jovem Aprendiz foi então o objetivo das advogadas voluntárias Érika Soler e Paula Fernanda Pereira no OAB vai à Escola. Salário, jornada de trabalho, férias e vagas para o Jovem Aprendiz foram algumas das questões explicadas aos alunos de 15 a 18 anos de idade.

Em Destaque



III Colégio de Presidentes em Nova Mutum reúne advocacia de Mato Grosso



Presidente da OAB Sinop Felipe Guerra e vice-presidente da CAA-MT Xênia Guerra prestigiam feijoada da Cojad



Representantes da OAB-MT e da CAA-MT participam de jantar durante Colégio de Presidentes em Nova Mutum



Colaboradoras do sistema OAB com a secretária-geral adjunta da OAB-MT Gisela Cardoso em Colégio de Presidentes



Nalian Cintra Machado representa OAB-MT no I Colégio de Presidentes de Comissões de Mediação na OAB Bahia



OAB-MT presta homenagem póstuma à advogada Cristiane Lyra Guimarães em Nova Mutum